

# 1 Sumário

2	RESOLUÇÃO ANM Nº 2, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 (DOU 14/12/2018) .....	1
3	RESOLUÇÃO ANM Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2019 (DOU 31/01/2019) .....	11
4	RESOLUÇÃO ANM Nº 8, DE 8 DE MAIO DE 2019 (DOU 28/05/2019) .....	11
5	RESOLUÇÃO ANM Nº 21, DE 3 DE JANEIRO DE 2020 (DOU 06/01/2020) .....	11
6	RESOLUÇÃO ANM Nº 27, DE 12 DE MARÇO DE 2020 (DOU 17/03/2020) .....	12
7	RETIFICAÇÃO (DOU 26/03/2020) .....	12
8	RESOLUÇÃO ANM Nº 38, DE 25 DE JUNHO DE 2020 (DOU 26/06/2020) .....	12
9	RESOLUÇÃO ANM Nº 43, DE 24 DE AGOSTO DE 2020 (DOU 25/08/2020) .....	13
10	RESOLUÇÃO ANM Nº 89, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 (DOU 22/12/2021) .....	13
11	RESOLUÇÃO ANM Nº 102, DE 13 DE ABRIL DE 2022 (DOU 19/04/2022) e RESOLUÇÃO ANM Nº 107, DE 12 DE JUNHO DE 2022 (DOU 14/06/2022). ....	13
12	RESOLUÇÃO ANM Nº 113, DE 21 DE JULHO DE 2022 (DOU 22/07/2022) .....	22
13	RESOLUÇÃO ANM Nº 126, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022 (DOU 26/12/2022) .....	22
14	RESOLUÇÃO ANM Nº 128, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2023 (DOU 10/02/2023) .....	22
15	RESOLUÇÃO ANM Nº 144, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023 (DOU 27/11/2023) .....	22

## LEGENDA:

Item	Descrição
Fonte vermelha, fundo amarelo	Dispositivo tem relação direta com atividades de fiscalização.
Fonte vermelha, sem fundo	Dispositivo é correlacionado com a atividade de fiscalização.

## 2 RESOLUÇÃO ANM Nº 2, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 (DOU 14/12/2018)

Aprova as alterações de quantitativos de Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e de Cargos Comissionados Técnicos, e o Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração - ANM.

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLAS	CARGO	QD
DIRETOR-GERAL	DG	CD I	1
DIRETORES		CD II	4
Assessoria da Diretoria Colegiada		CA II	5
Assessoria Técnica da Diretoria Colegiada		CCT V	5
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL	SPM	CGE II	1
Assessor Técnico		CCT III	1
Divisão de Paleontologia	DIPAL	CCT IV	1
Coordenação de Outorga de Títulos de Lavra	COTIL	CCT V	1
Gerência de Segurança de Barragens de Mineração	GSBM	CGE IV	1
Divisão Executiva de Segurança de Barragens de Mineração	DISBM	CCT IV	1
Gerência de Fiscalização do Aproveitamento Mineral	GFAM	CGE IV	1
Gerência de Arrecadação e CFEM	GAEM	CGE IV	1
Divisão de Emolumentos, Multas e Taxas	DEMUT	CCT IV	1
GERÊNCIA REGIONAL TIPO V	GER - AL	CCT V	1
Núcleo de Pesquisa e Fiscalização do Aproveitamento Mineral	NPFAM	CCT II	1
Núcleo de Administração	NUADM	CCT II	5
Setor de Execução Orçamentária e Financeira	SEOFI	CCT I	5
Núcleo de Arrecadação e CFEM	NUAEM	CCT II	1

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DESCRIÇÃO
Diretoria Colegiada	TÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL  TÍTULO III – DA DIRETORIA COLEGIADA CAPÍTULO I – Da Composição

Art. 4º A Diretoria Colegiada da ANM é constituída por um Diretor-Geral e quatro Diretores, nomeados na forma do disposto no art. 33 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. (...)

### **CAPÍTULO III – Das Competências e Atribuições**

**Art. 10. À Diretoria Colegiada da ANM compete analisar, discutir e decidir, como instância administrativa final, todas as matérias de competência desta Agência, especialmente:**

I – exercer a administração da ANM;

II – editar as normas sobre matérias de competência da ANM;

III – decidir, em última instância, na esfera da ANM, sobre as matérias de sua competência, exceto nas hipóteses em que resolução atribuir ao Diretor-Geral atuar como última instância recursal no âmbito da ANM;

IV – deliberar sobre a alteração dos quantitativos e a distribuição dos Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e dos Cargos Comissionados Técnicos, observados os valores de retribuição correspondentes e desde que não acarrete aumento de despesa, nos termos dos artigos 3º e 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

**V – definir as atribuições e o âmbito de atuação de cada uma das Unidades Administrativas Regionais;**

VI – aprovar o planejamento estratégico da ANM para ciclos plurianuais compatíveis com os seus macroprocessos, contemplando objetivos estratégicos, metas e indicadores de resultados, bem como padrões de desempenho;

**VII – delegar ao Superintendente competência para deliberar sobre assuntos relacionados à respectiva Superintendência;**

VIII – aprovar a política de gestão de integridade, de riscos e de controles internos;

IX – aprovar a proposta orçamentária anual da ANM, a ser encaminhada ao Ministério de Minas e Energia;

X – deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação e sobre os casos omissos;

XI – decidir sobre direitos minerários e outros requerimentos em procedimentos administrativos de outorga ou de fiscalização da atividade de mineração, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 13.575, de 2017;

XII – deliberar sobre a outorga dos títulos minerários e os demais atos referentes à execução da legislação minerária, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 13.575, de 2017;

XIII – deliberar sobre os requerimentos de lavra e outorga das concessões de lavra das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978;

XIV – deliberar sobre a caducidade dos direitos minerários, cuja outorga de concessões de lavra seja de sua competência;

XV – aprovar propostas de declaração de utilidade pública necessária à execução de projetos e investimentos no âmbito das outorgas estabelecidas ou das delegações em curso, nos termos da legislação pertinente;

XVI – aprovar relatório anual de atividades da ANM, nele destacando o cumprimento das políticas do setor;

XVII – firmar convênios, na forma da legislação em vigor;

XVIII – decidir sobre a aquisição e a alienação de bens;

XIX – instalar comitês de apoio à sua atuação;

XX – aplicar, nos processos administrativos disciplinares, as penalidades impostas pela ANM;

XXI – estabelecer as diretrizes funcionais, executivas, administrativas e de recursos humanos a serem seguidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XXII – aprovar a cessão, requisição, promoção e afastamento de servidores para participação em eventos de capacitação, lato e stricto sensu, na forma da legislação em vigor.

XXIII – aprovar a requisição para a ANM de servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da administração pública, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

XXIV – autorizar, na forma da legislação em vigor, o afastamento do País de servidores para o desempenho de atividades técnicas e de desenvolvimento profissional;

XXV – deliberar sobre a contratação, progressão e promoção dos servidores do quadro ativo da ANM;

XXVI – deliberar sobre a nomeação, exoneração e contratação para os cargos de livre nomeação e comissionados técnicos, à exceção daqueles cuja nomeação seja da responsabilidade de outras autoridades;

XXVII – aprovar o regimento interno da ANM; e

	<p>XXVIII – enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério de Minas e Energia e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;</p> <p>Parágrafo único. A Diretoria Colegiada designará um de seus integrantes para assumir a presidência nas ausências eventuais e impedimentos do Diretor-Geral, e os demais Diretores serão substitutos eventuais entre si.</p>
<b>Diretor-Geral</b>	<p><b>Art. 13. São atribuições do Diretor-Geral:</b></p> <p>I – representar a ANM;</p> <p>II – exercer o comando hierárquico sobre pessoal e serviços, coordenando as competências administrativas;</p> <p>III – presidir as sessões da Diretoria Colegiada;</p> <p>IV – firmar, em nome da ANM, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, conforme decisão da Diretoria Colegiada;</p> <p>V – expedir os títulos minerários e os demais atos referentes à execução da legislação minerária, observado o disposto no art. 3º, da Lei nº 13.575, de 2017, após deliberação da Diretoria Colegiada;</p> <p>VI – outorgar concessões de lavra das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, após deliberação da Diretoria Colegiada;</p> <p>VII – encaminhar ao Ministério de Minas e Energia os atos referentes ao regime de concessão de lavra das substâncias minerais que não são tratadas pelo art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978;</p> <p>VIII – declarar caducidade dos direitos minerários, cuja outorga de concessão de lavra seja de sua competência, após deliberação da Diretoria Colegiada; e</p> <p>IX – delegar atos de gestão administrativa.</p>
<b>Comuns aos Diretores</b>	<p><b>Art. 14. São atribuições comuns aos Diretores da ANM:</b></p> <p>I – cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares no âmbito das competências da ANM;</p> <p>II – zelar pelo desenvolvimento e credibilidade interna e externa da ANM e pela legitimidade de suas ações;</p> <p>III – zelar pelo cumprimento dos planos e programas da ANM;</p> <p>IV – praticar e expedir os atos de gestão administrativa no âmbito das atribuições que lhes forem conferidas;</p> <p>V – executar as decisões tomadas de forma conjunta pela Diretoria Colegiada;</p> <p>VI – gerenciar as ações executadas pelas Superintendências;</p> <p>VII – gerenciar as ações executadas pelas Unidades Administrativas Regionais, com base nas orientações emanadas das Superintendências; e</p> <p>VIII – contribuir com subsídios para propostas de ajustes e modificações na legislação, necessários à modernização do ambiente institucional de atuação da ANM.</p>
<b>CAPÍTULO II - Das Competências Comuns das Superintendências</b>	<p><b>Art. 74. Compete às Superintendências planejar, organizar, executar, controlar, coordenar e avaliar os processos organizacionais e operacionais da ANM no âmbito das suas competências, e, especialmente:</b></p> <p><b>I – cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria Colegiada e as diretrizes do Planejamento Estratégico e Agenda Regulatória da ANM;</b></p> <p>II – submeter os atos, contratos e processos administrativos, bem como os demais expedientes administrativos decorrentes do exercício da respectiva competência à Diretoria Colegiada, quando sujeitos à deliberação privativa da mesma;</p> <p>III – controlar e realizar o orçamento no âmbito da Superintendência;</p> <p>IV – gerenciar o processo de concessão de diárias de viagens e requisições de passagens aéreas, através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP;</p> <p>V – elaborar relatórios estatísticos, financeiros e orçamentários, relativos às despesas de passagens e diárias;</p> <p>VI – contribuir para a preservação do patrimônio natural, cultural e histórico, e da memória da mineração, em cooperação com as instituições dedicadas à cultura nacional, orientando a participação das empresas do setor;</p> <p>VII – elaborar os projetos básicos relativos às contratações de bens e serviços relacionados às suas atribuições;</p> <p>VIII – acompanhar e prestar suporte as atividades meio na Sede e nas Unidades Administrativas Regionais;</p> <p><b>IX – gerir as respectivas atividades finalísticas nas Unidades Administrativas Regionais;</b></p> <p>X – propor atos normativos nas atividades de sua esfera de competência;</p> <p>XI – propor a celebração de convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades governamentais, nacionais ou estrangeiros, tendo em vista a descentralização e fiscalização eficiente do setor mineral;</p> <p>XII – divulgar, em conjunto com a Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social, os instrumentos normativos e procedimentos vigentes;</p> <p>XIII – elaborar os relatórios anuais de atividades das respectivas unidades e encaminha-los à Superintendência de Desenvolvimento Institucional;</p>

	<p>XIV – apresentar, à Assessoria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, proposta de planejamento anual da fiscalização afeta à Superintendência e às Unidades Administrativas Regionais, bem como acompanhar a execução orçamentária específica; e</p> <p>XV – exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.</p> <p>Parágrafo único. No exercício de suas competências, as Superintendências poderão dispor de servidores lotados nas Unidades Administrativas Regionais, conforme procedimento definido em ato conjunto;</p>
<b>CAPÍTULO III – Das Atribuições Comuns aos Superintendentes e Titulares de Órgãos de Assistência Direta e Imediata Vinculados à Diretoria Colegiada</b>	<p><b>Art. 75. Os Superintendentes e os titulares dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata vinculados à Diretoria Colegiada têm as seguintes atribuições comuns:</b></p> <p>I – planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades;</p> <p>II – participar, quando convocado, das reuniões da Diretoria Colegiada, sem direito a voto; e</p> <p>III – administrar o pessoal alocado às suas respectivas unidades de acordo com as normas disciplinares e de gestão de recursos humanos da ANM.</p> <p><b>§ 1º Os Superintendentes poderão demandar servidores, no âmbito das suas competências, das Unidades Administrativas Regionais.</b></p> <p><b>§ 2º Os Superintendentes deverão se reunir periodicamente com a Diretoria Colegiada, conforme calendário definido pela mesma, para apresentação de resultados operacionais.</b></p>
<b>CAPÍTULO IV – Das Competências Comuns das Gerências Vinculadas às Superintendências</b>	<p><b>Art. 76. São competências comuns das Gerências vinculadas às Superintendências, em suas respectivas áreas de atuação:</b></p> <p>I – cumprir e fazer cumprir as determinações da respectiva Superintendência e as diretrizes dos Planejamentos Estratégico e Operacional da ANM;</p> <p>II – participar da elaboração da proposta de plano anual de atividades da respectiva Superintendência;</p> <p>III – participar da elaboração de proposta de atos normativos de sua competência;</p> <p>IV – gerenciar o acervo documental e o armazenamento de dados e informações, no âmbito de sua competência;</p> <p>V – assessorar os demais órgãos da ANM em matérias de sua competência, elaborar pareceres e estudos técnicos e fornecer informações;</p> <p>VI – identificar possíveis inconsistências regulatórias e solicitar alterações ou elaboração de nova regulamentação; e</p> <p>VII – exercer outras competências que lhes forem atribuídas pela respectiva Superintendência.</p>
<b>CAPÍTULO V – Das Atribuições Funcionais de Caráter Comum</b>	<p><b>Seção I – Dos Superintendentes</b></p> <p><b>Art. 77. São atribuições comuns aos Superintendentes:</b></p> <p>I – coordenar a elaboração e submeter à aprovação atos normativos de sua competência, com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento Institucional e outras Superintendências relacionadas ao tema;</p> <p>II – supervisionar a Análise de Impacto Regulatório – AIR e a realização de audiência ou consulta, pública ou interna, no âmbito de sua competência;</p> <p>III – propor a instituição de comissões, formadas por Superintendentes ou representantes por eles indicados;</p> <p>IV – propor a criação de comitês à aprovação da Diretoria Colegiada;</p> <p><b>V – exercer o comando hierárquico sobre os servidores em exercício na Superintendência, respeitada a autoridade de seus superiores;</b></p> <p>VI – fazer cumprir os instrumentos normativos e procedimentos vigentes;</p> <p>VII – orientar e zelar pelo alinhamento das ações e atividades da Superintendência aos objetivos e missão da ANM;</p> <p>VIII – definir e rever os indicadores e metas de desempenho dos processos sob sua responsabilidade;</p> <p>IX – zelar pela permanência de condições de trabalho propícias à cooperação entre os servidores e à integração das atividades entre as áreas;</p> <p><b>X – supervisionar a execução dos processos da ANM, no âmbito de sua competência;</b></p> <p>XI – autorizar viagens no País, de acordo com a regulamentação específica;</p> <p>XII – autorizar despesas incorridas no âmbito do órgão sob sua responsabilidade, observados os limites de sua competência;</p> <p>XIII – gerenciar os contratos na Superintendência sob sua responsabilidade, nos limites de sua competência;</p> <p>XIV – instruir e encaminhar matérias para deliberação da Diretoria Colegiada;</p> <p><b>XV – instruir e opinar sobre recurso administrativo de matéria de sua competência, com vistas à tomada de decisão pelo Diretor-Geral ou pela Diretoria Colegiada;</b></p> <p><b>XVI – coordenar, orientar e supervisionar as Unidades Administrativas Regionais quanto às atividades delegadas; e</b></p> <p>XVII – realizar demais atividades que lhe forem atribuídas.</p>

<b>CAPÍTULO V – Das Atribuições Funcionais de Caráter Comum</b>	<p><b>Seção II – Dos Gerentes</b></p> <p><b>Art. 78. São atribuições comuns aos Gerentes:</b></p> <p>I – participar da elaboração de atos normativos de sua competência;</p> <p><b>II – propor à respectiva Superintendência o plano anual de atividades relativo à Gerência;</b></p> <p>III – divulgar, cumprir e fazer cumprir os instrumentos normativos e procedimentos vigentes;</p> <p>IV – orientar e zelar pelo alinhamento das ações e atividades do órgão aos objetivos e missão da ANM;</p> <p>V – estabelecer os níveis de exigência indispensáveis ao melhor desempenho funcional e organizacional, visando desenvolver o espírito de equipe e a produtividade;</p> <p>VI – zelar pela permanência de condições de trabalho propícias à cooperação entre os servidores e à integração das atividades entre as áreas;</p> <p><b>VII – assessorar o superior imediato e outros órgãos da ANM em assuntos de sua responsabilidade e atribuição;</b></p> <p>VIII – propor metas de qualidade e indicadores para as atividades de sua competência;</p> <p>IX – gerenciar os contratos no âmbito da Gerência sob sua responsabilidade, nos limites de sua competência; e</p> <p>X – realizar demais atividades que lhe forem atribuídas.</p>
<b>CAPÍTULO V – Das Atribuições Funcionais de Caráter Comum</b>	<p><b>Seção III - Dos Coordenadores e equivalentes</b></p> <p><b>Art. 79. São atribuições comuns aos Coordenadores, Chefes de Divisão, de Serviço, de Setor e de Núcleo:</b></p> <p>I – interagir com os demais Coordenadores e Chefes visando a otimização dos processos operacionais;</p> <p>II – zelar pela consecução das atividades afetas ao processo sob sua responsabilidade;</p> <p>III – acompanhar, avaliar e rever, por meio da análise de indicadores de desempenho, o processo sob sua responsabilidade;</p> <p>IV – identificar as não-conformidades e ineficiências nos processos sob sua responsabilidade;</p> <p>V – propor melhorias e ações corretivas e preventivas, acompanhando a sua implementação no processo sob sua responsabilidade;</p> <p>VI – exercer comando funcional sobre a equipe de servidores em exercício na respectiva área de atuação, respeitada a autoridade de seus superiores; e</p> <p>VII – realizar outras atividades que lhe forem atribuídas.</p>
<b>Superintendência de Produção Mineral</b>	<p><b>Seção V – Da Superintendência de Produção Mineral</b></p> <p><b>Art. 59. À Superintendência de Produção Mineral compete:</b></p> <p>I – coordenar e gerenciar os processos administrativos sob sua competência, notadamente os relacionados com a outorga de títulos para o aproveitamento das jazidas minerais;</p> <p>II – coordenar e gerenciar a fiscalização da produção mineral e da extração de espécimes fósseis, e, se for o caso, a aplicação de sanções, podendo propor Termo de Ajustamento de Conduta – TAC;</p> <p>III – realizar Análise de Impacto Regulatório – AIR no caso de alteração ou edição de ato normativo de competência da ANM, no âmbito de sua atuação, adotando os procedimentos necessários para a realização de consulta ou audiência pública;</p> <p><b>IV – promover ações objetivando o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das atividades de lavra, a segurança dos trabalhadores e a minimização dos impactos ambientais decorrentes da atividade;</b></p> <p>V – propor o estabelecimento dos requisitos técnicos, jurídicos, financeiros e econômicos a serem atendidos pelos interessados para a obtenção de títulos para o aproveitamento das jazidas minerais, bem como do aperfeiçoamento normativo dos procedimentos fiscalizatórios;</p> <p>VI – propor a emissão do Certificado do Processo de Kimberley – CPK, de que trata a Lei nº 10.743, de 9 de outubro de 2003, ressalvada a competência prevista no § 2º do art. 6º da referida Lei;</p> <p><b>VII – propor normas para reprimir as infrações e para aplicação das sanções cabíveis, observada legislação minerária;</b></p> <p>VIII – propor normas, fiscalizar e arrecadar os encargos financeiros do titular do direito minerário e os demais valores devidos ao poder público nos termos da Lei nº 13.575, de 27 de dezembro de 2017, bem como constituir e cobrar os créditos deles decorrentes e efetuar as restituições devidas referentes a:</p> <p>a) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM;</p> <p>b) Taxa Anual por Hectare – TAH;</p> <p>c) Emolumentos;</p> <p>d) Multas aplicadas; e</p>

	<p>e) Demais receitas.</p> <p>IX – operacionalizar a distribuição da cota parte da CFEM;</p> <p>X – consolidar débitos relativos à CFEM, TAH, emolumentos, ressarcimentos de vistoria, multas e outras receitas;</p> <p>XI – deliberar quanto aos processos administrativos de ressarcimento, devolução ou compensação de valores relacionados às receitas;</p> <p><b>XII – relacionar-se com outras instituições de fiscalização em matérias correlatas, em articulação com as demais Superintendências da ANM e as Unidades Administrativas Regionais;</b></p> <p>XIII – propor a realização e analisar as propostas de celebração de acordos de cooperação técnica com órgãos públicos federais, estaduais, municipais e distrital para a fiscalização da CFEM, permuta de informações e realização de ações conjuntas;</p> <p>XIV – interagir com a Procuradoria Federal Especializada junto à ANM, comunicando previamente à Diretoria Colegiada, na busca de soluções relativas ao procedimento de cobrança que se encontra em juízo;</p> <p><b>XV – supervisionar e coordenar a análise dos Relatórios Anuais de Atividades e os respectivos Planos de Aproveitamento Econômico;</b></p> <p>XVI – aprovar os manuais de procedimentos de sua área de atuação;</p> <p>XVII – analisar o recurso da imposição de multa no âmbito da Superintendência de Produção Mineral; e</p> <p><b>XVIII – gerir as Unidades Administrativas Regionais em sua área de atuação.</b></p>								
<b>5. Gerência de Fiscalização do Aproveitamento Mineral</b>	<p><b>Art. 65. À Gerência de Fiscalização do Aproveitamento Mineral compete:</b></p> <p><b>I – planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das ações de fiscalização nas minas, objetivando o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das atividades de lavra, a segurança dos trabalhadores e a minimização dos impactos ambientais decorrentes da atividade;</b></p> <p><b>II – planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das ações de fiscalização nas demais extrações minerais autorizadas;</b></p> <p><b>III – coordenar e supervisionar a execução das ações e atividades de fiscalização das áreas objeto de renúncia ao título e ao descomissionamento de mina;</b></p> <p><b>IV – coordenar e supervisionar a fiscalização das concessões de águas minerais com vistas à observância das boas práticas e obrigações previstas nas normas e regulamentos técnicos;</b></p> <p><b>V – desenvolver e gerenciar estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos na área da lavra, beneficiamento, segurança dos trabalhadores e controle ambiental necessários ao aperfeiçoamento da ação fiscalizadora;</b></p> <p><b>VI – cotejar as informações prestadas nos Relatórios Anuais de Atividades com os respectivos Planos de Aproveitamento Econômico, juntamente com as Unidades Administrativas Regionais, para o planejamento da fiscalização das inconformidades;</b></p> <p><b>VII – gerenciar as atividades de análise dos requerimentos de prorrogação do início dos trabalhos de lavra, de suspensão temporária de lavra, de retomada dos trabalhos e monitoramento do cumprimento das obrigações dos concessionários de minas inativas e suspensas;</b></p> <p><b>VIII – promover a interação e dar suporte institucional e apoio técnico às Unidades Administrativas Regionais, em suas áreas de atuação;</b></p> <p><b>IX – gerenciar as atividades de análise, laudos, pareceres e fiscalização necessárias à emissão do Certificado do Processo de Kimberley – CPK;</b></p> <p><b>X – gerenciar e controlar o Cadastro Nacional de Comércio de Diamantes – CNCD; e</b></p> <p><b>XI – impor multas com base nos autos de infração oriundos dos procedimentos fiscalizatórios.</b></p>								
<b>GERÊNCIA REGIONAL / ALAGOAS</b>	<p><b>TÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b></p> <p>(...)</p> <p><b>Art. 3º A ANM contará com as seguintes Unidades Administrativas Regionais:</b></p> <p>(...)</p> <p>V – Gerências Regionais Tipo V nos seguintes Estados:</p> <p>    a)   <b>Alagoas;</b></p> <p>(...)</p> <table><tr><td><b>Gerência Regional Tipo V</b></td><td><b>GO/UF</b></td><td><b>CCT V</b></td><td><b>6</b></td></tr><tr><td>Núcleo de Administração</td><td>NUADM</td><td>CCT II</td><td>6</td></tr></table>	<b>Gerência Regional Tipo V</b>	<b>GO/UF</b>	<b>CCT V</b>	<b>6</b>	Núcleo de Administração	NUADM	CCT II	6
<b>Gerência Regional Tipo V</b>	<b>GO/UF</b>	<b>CCT V</b>	<b>6</b>						
Núcleo de Administração	NUADM	CCT II	6						

Setor de Execução Orçamentária e Financeira	SEOFI	CCT I	6
Núcleo de Pesquisa e Fiscalização do Aproveitamento Mineral	NPFAM	CCT II	6
Núcleo de Arrecadação e CFEM	NUAEM	CCT II	6

## **TÍTULO VI - DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS**

### **CAPÍTULO I – Das Competências das Unidades Administrativas Regionais**

#### **Art. 80. Às Unidades Administrativas Regionais compete:**

I – realizar, sob a gestão da respectiva Superintendência, atividades relacionadas a arrecadação, cobrança, outorga, fiscalização, atendimento ao cidadão-usuário e análise da legalidade dos atos, no âmbito de sua circunscrição estadual;

II – gerir pessoas, processos administrativos, infraestrutura, tecnologia da informação, serviços gerais, materiais, patrimônio, documentos e contratos, promovendo a execução orçamentária e financeira no âmbito de sua circunscrição estadual;

III – emitir os boletos bancários referentes à cobrança de ressarcimento de vistorias para outorga e fiscalização de direitos minerários; e

IV – apoiar as ações de outras unidades, quando caracterizada a necessidade ou demandada pelos Superintendentes.

Parágrafo único. A circunscrição da Unidade Administrativa Regional de Rondônia abrangerá o Estado do Acre.

(...)

### **CAPÍTULO II - Das Competências dos Órgãos das Unidades Administrativas Regionais**

#### **Art. 82. São competências dos órgãos das Unidades Administrativas Regionais:**

I – da Assessoria Técnica da Unidade Administrativa Regional:

- assistir o Gerente da Unidade Administrativa Regional na elaboração de pareceres técnicos;
- preparar respostas aos expedientes recebidos, redigir memorandos e controlar prazos;
- encaminhar aos órgãos competentes da ANM a documentação recebida para análises técnicas e/ou jurídicas, quando necessário;
- propor encaminhamentos de assuntos relacionados aos setores técnicos e de processos recebidos da Sede aos diversos setores da ANM;
- analisar pedidos de vista e/ou cópias, para posterior decisão da autoridade competente; e
- outras competências atribuídas pelo Gerente da Unidade Administrativa Regional.

(...)

XIII – da Divisão de Fiscalização da Mineração de Não Metálicos:

- propor planejamento anual da fiscalização da lavra, em acordo com a respectiva Superintendência, e acompanhar a execução orçamentária específica;
- programar a fiscalização da atividade de lavra em áreas tituladas, no âmbito da sua área de jurisdição, conforme as diretrizes estabelecidas pela Superintendência de Produção Mineral;
- executar a fiscalização objetivando o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional, o controle ambiental das minas e a melhoria das condições de higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores nos regimes de licenciamento, concessão, registro de extração e permissão de lavra garimpeira;
- informar mensalmente à respectiva Superintendência, os resultados alcançados do planejamento anual e consolidá-los, anualmente, no Relatório de Gestão e de Atividades da Divisão;
- propor, à respectiva Superintendência, estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos na área da lavra, segurança operacional e controle ambiental, necessários ao aperfeiçoamento da ação fiscalizatória;



f) propor e elaborar programas e ações a serem desenvolvidos em articulação com os órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente e da segurança do trabalho, no âmbito estadual e municipal;

g) analisar e emitir parecer técnico sobre ações de controle ambiental, na sua área de atribuições, e relacionada a fiscalização da mineração;

h) gerenciar a análise processual, confecção de laudos e pareceres e exercer a fiscalização necessários à emissão do Certificado do Processo de Kimberley – CPK;

i) executar as análises de projetos e requerimentos de permissão de lavra garimpeira, registro de licenciamento, registro de extração, lavra, grupamentos mineiros, laudos de servidão, desmembramento e englobamento de concessões de lavra e consórcios de mineração;

j) gerenciar os procedimentos para disponibilização de áreas para lavra;

k) executar os procedimentos para a imissão de posse;

l) analisar e emitir parecer técnico sobre requerimentos de prorrogação de títulos de registro de licença, de registro de extração e de permissão de lavra garimpeira;

m) analisar e emitir parecer técnico sobre requerimento de prorrogação de prazo para requerer a lavra;

n) realizar, quando necessário, vistorias de reconhecimento da ocorrência de bens minerais para efeito de permissão de lavra garimpeira, registro de licença, registro de extração ou outros regimes de aproveitamento que a legislação contemple, ou venha instituir ou modificar;

o) realizar a análise dos requerimentos de fixação de limite em profundidade por superfície horizontal;

p) expedir no decorrer da ação fiscalizatória notificações, autos de interdição, autos de paralisação e autos de apreensão, e propor, quando for o caso, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, fundamentando tecnicamente a proposição;

q) aplicar autos de infração resultantes da ação fiscalizatória, na área de sua competência;

r) reconsiderar ou encaminhar defesa administrativa referente ao auto de infração na sua área de competência, e propor a imposição da respectiva multa à Gerência de Fiscalização do Aproveitamento Mineral;

s) analisar requerimentos e executar a fiscalização das áreas objeto de renúncia ao título de lavra, de descomissionamento de mina, de atualização ou novo plano de aproveitamento econômico;

t) executar a fiscalização das concessões de águas minerais e potáveis de mesa;

u) executar análises e auditorias do relatório anual das atividades;

v) executar a análise dos requerimentos de prorrogação do início dos trabalhos de lavra, de suspensão temporária de lavra, de retomada dos trabalhos e monitorar o cumprimento das obrigações dos concessionários de minas inativas ou suspensas;

w) executar sob a coordenação da Divisão de Paleontologia, a fiscalização das autorizações de extração de fósseis e o acompanhamento das comunicações de extração de fósseis feitas por pesquisadores de museus nacionais e estaduais, ou de instituições oficiais congêneres;

x) analisar e emitir parecer quanto a pedidos de anuência para exportação de fósseis e materiais ou objetos de interesse paleontológico;

y) prestar informações às demandas de órgãos externos de controle referentes à extração de fósseis e proteção de depósitos fossilíferos;

z) fiscalizar as denúncias de extração ilegal de espécimes fósseis, realização a apreensão e catalogação do material para posterior destinação a museus ou instituições de ensino e pesquisa;

aa) executar fiscalizações em cumprimento a Termos de Ajustamento de Condutas e decisões judiciais sobre extração mineral, quando celebrados com a participação da ANM, na área de sua competência;

bb) fiscalizar lavras praticadas em áreas que extrapolem os limites do título autorizativo de lavra;

cc) propor a caducidade de títulos de lavra, nos casos previstos em lei;

dd) analisar os dados econômicos dos relatórios anuais de lavra, coletar e processar suas informações estatísticas;

ee) apoiar a Gerência de Economia Mineral no levantamento de dados estatísticos e estudos específicos sobre economia mineral;

ff) acompanhar, analisar e divulgar o desempenho do setor mineral do Estado, mantendo os serviços de estatísticas da produção e comércio de bens minerais;

gg) emitir as certidões pertinentes;

hh) preparar e encaminhar os expedientes relativos às instruções dos processos pertinentes à outorga de títulos de direitos minerários na sua área de competência;

ii) providenciar a publicação dos atos resultantes de análises e fiscalizações promovidas pela Divisão;

jj) efetuar o controle de prazos para cumprimento de exigências;

kk) propor a baixa na transcrição dos títulos autorizativos quando cabível;

ll) elaborar nota técnica em resposta a ofícios oriundos de outros órgãos de governo, afeta a sua área de competência;

mm) gerenciar os sistemas de cadastro mineiro, na sua área de competência;

nn) apoiar ações dos demais órgãos de governo pertinentes ao setor mineral, quando solicitado pelo Gerente da Unidade Administrativa Regional;

oo) prestar informações aos interessados, legalmente constituídos, indicando o andamento processual;

pp) assessorar o Gerente da Unidade Administrativa Regional nas áreas de sua competência; e

qq) manter arquivo corrente e permanente de documentos recebidos ou expedidos pela Divisão.

XIV – da Divisão de Fiscalização da Mineração de Metálicos:

- a) exercer as mesmas competências da Divisão de Fiscalização da Mineração de Não Metálicos, ficando responsável pelos trabalhos relacionados ao aproveitamento dos minerais metálicos.

XV – da Divisão de Fiscalização do Aproveitamento Mineral:

- a) exercer as mesmas competências da Divisão de Fiscalização da Mineração de Não Metálicos e da Divisão de Metálicos.

XVI – do Serviço de Fiscalização do Aproveitamento Mineral:

- a) as mesmas competências da Divisão de Fiscalização do Aproveitamento Mineral e da Divisão de Segurança de Barragens.

**XVII – do Núcleo de Pesquisa e Fiscalização do Aproveitamento Mineral:**

- a) as mesmas da Divisão de Pesquisa e Recursos Minerais, Divisão de Fiscalização do Aproveitamento Mineral e da Divisão de Segurança de Barragens.

### **CAPÍTULO III – Das Atribuições Funcionais nas Unidades Administrativas Regionais**

#### **Seção I – Dos Gerentes das Unidades Administrativas Regionais**

**Art. 84. São atribuições comuns aos Gerentes das Unidades Administrativas Regionais:**

I – representar a ANM no seu relacionamento oficial com entidades públicas e privadas, localizadas em sua área de circunscrição;

II – emitir pareceres sobre assuntos pertinentes às suas unidades;

III – acompanhar e controlar a execução do plano anual de atividades no âmbito da Gerência Regional, incluindo os seus recursos financeiros, materiais e humanos;

IV – submeter o relatório anual de atividades da respectiva Unidade Administrativa Regional aos Superintendentes;

V – alocar os servidores em exercício na Gerência Regional e promover a adequada distribuição dos trabalhos;

VI – atribuir atividades aos respectivos servidores, independentemente de sua distribuição na estrutura regimental, de acordo com a necessidade do serviço;

VII – atuar como ordenador de despesa da Gerência Regional e das Unidades Avançadas subordinados;

VIII – organizar sistema de atendimento presencial e virtual ao cidadão, de forma a garantir atendimento a todos os interessados dentro de prazos razoáveis;

IX – designar servidor para representar a ANM, na qualidade de preposto, em audiências de conciliação e julgamento no âmbito de sua circunscrição;

X – autorizar processos licitatórios de bens, obras e serviços;

XI – homologar, dispensar, anular, revogar e adjudicar processos licitatórios, bem como decidir sobre recursos administrativos relacionados;

XII – declarar, aprovar ou ratificar situações de inexigibilidade e dispensa de licitação;

XIII – decidir recurso quanto à aplicação de sanções e rescisões contratuais, observada a legislação vigente e quando for o caso;

XIV – firmar, em conjunto com o responsável administrativo-financeiro da Unidade Administrativa Regional, contratos de obras, prestação de serviços e fornecimento de bens;

XV – fornecer subsídios e propor a elaboração de procedimentos, métodos e padrões para as atividades da Unidade Administrativa Regional; e

XVI – coordenar, orientar e supervisionar as Unidades Avançadas sob sua responsabilidade.

**Parágrafo único. Os Gerentes das Unidades Administrativas Regionais estão subordinados à Diretoria Colegiada da ANM.**

	<p><b>Art. 85. Os Chefes de Divisões, Serviços, Núcleos e Setores ficam incumbidos de:</b></p> <p>I – orientar, dirigir e supervisionar as atividades exercidas por seus subordinados;</p> <p>II – cumprir e fiscalizar o exercício das normas específicas;</p> <p>III – praticar os atos que se fizerem necessários à implementação das atividades de sua área de competência;</p> <p>IV – elaborar relatório anual de atividades do respectivo órgão, para integrar o relatório anual das Unidades Administrativas Regionais; e</p> <p>V – realizar atendimento presencial e prestar informações aos interessados, legalmente constituídos, indicando o andamento processual.</p>
<b>COMPETÊNCIAS COMUNS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO</b>	<p><b>Seção III - Da Atividade de Fiscalização</b></p> <p><b>Art. 87. São competências comuns da atividade de fiscalização:</b></p> <p>I - realizar atividade de fiscalização da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, dos depósitos fossilíferos e de receitas da ANM;</p> <p>II - elaborar pareceres técnicos, relatórios de fiscalização e lavrar autos de infração;</p> <p>III - requerer dados e informações para fins da atividade de fiscalização;</p> <p>IV - emitir laudo de vistoria;</p> <p>V - interditar ou paralisar as atividades de extração mineral em desacordo com a legislação mineral, conforme disposto em instruções e procedimentos de fiscalização;</p> <p>VI - lacrar e apreender bens ou produtos de mineração, conforme disposto em instruções e procedimentos de fiscalização;</p> <p>VII - determinar as correções e/ou aplicar as sanções das irregularidades verificadas em ação fiscalizatória, conforme disposto em instruções e procedimentos de fiscalização.</p>
	<p><b>TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b></p> <p>(...)</p> <p><b>Art. 104. As Unidades Administrativas Regionais estão subordinadas às orientações técnicas das Superintendências e normativas da Diretoria Colegiada da ANM.</b></p>

### 3 RESOLUÇÃO ANM Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2019 (DOU 31/01/2019)

A principal ênfase desta resolução está nas alterações nos quantitativos de cargos e ajustes na estrutura organizacional.

Esta resolução se concentra em aspectos administrativos, como a criação e extinção de cargos (Art. 1º), sem detalhar atribuições específicas da Direção Colegiada sobre as unidades administrativas regionais.

### 4 RESOLUÇÃO ANM Nº 8, DE 8 DE MAIO DE 2019 (DOU 28/05/2019)

Esta resolução ajusta o número de Cargos Comissionados, tanto de assistência quanto técnicos, com foco na gestão interna e sem alterar competências sobre unidades regionais. Atualiza o Quadro Demonstrativo de Cargos para refletir mudanças organizacionais internas.

### 5 RESOLUÇÃO ANM Nº 21, DE 3 DE JANEIRO DE 2020 (DOU 06/01/2020)

A resolução em questão aborda ajustes no quadro de cargos comissionados da ANM, com a extinção e criação de cargos específicos. Detalha uma reestruturação organizacional interna, apresentando uma nova configuração que inclui na Diretoria Colegiada um órgão de assessoria e diversos e outras alterações de cunho administrativo. Introduz e redefine competências de unidades organizacionais além disso, revoga artigos antigos do Regimento Interno. Importante destacar que, apesar dessas mudanças, não há alterações nas competências ou na governança entre a Direção Colegiada, Superintendências e Unidades Administrativas regionais, mantendo-se a estrutura de poder e responsabilidade entre esses órgãos.

<b>ASSESSORIA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</b>	<p>Art. 18-A. À Assessoria de Resolução de Conflitos compete:</p> <p>I - propor, coordenar, firmar, orientar e executar medidas para equacionar conflitos entre titulares de direitos minerários e outros agentes envolvidos nos impactos da atividade minerária, a partir da abertura de processos administrativos visando a resolução de disputas através da mediação e da conciliação, conforme os preceitos da Resolução CNJ nº 125/2010;</p> <p>II - propor, coordenar, orientar e celebrar de Termos de Ajustamento de Condutas entre titulares de direitos minerários, a Agência Nacional de Mineração, com a anuência da Diretoria Colegiada, e os agentes impactados pela atividade mineral;</p> <p>III - coordenar, acompanhar e avaliar as fiscalizações das Unidades Administrativas Regionais em cumprimento a Termos de Ajustamento de Condutas celebrados com a participação da ANM e em cumprimento a decisões judiciais sobre extração mineral;</p> <p>IV- receber os Ofícios de Comunicação de lavra ilegal ou irregular advindos dos órgãos de fiscalização das Unidades Administrativas, instaurar processos administrativos e gerir para equacionar conflitos entre titulares de direitos minerários e atividades de extração mineral ilegal ou irregular antes do envio para as Autoridades competentes para apuração de Usurpação de bem mineral e crimes relacionados;</p> <p>V - propor, coordenar, firmar e tomar medidas para equacionar conflitos territoriais entre as atividades de mineração e unidades de conservação da natureza, áreas indígenas, quilombolas, áreas de interesse histórico e arqueológico, áreas urbanas e periurbanas, áreas de assentamentos de reforma agrária, projetos lineares de infraestrutura, usinas hidrelétricas e demais projetos de geração de energia elétrica em articulação com a Diretoria Colegiada e os três níveis da administração pública, privadas e a sociedade civil;</p> <p>VI - planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a participação das Unidades Administrativas Regionais em operações interinstitucionais de combate à extração ilegal de substâncias minerais, em atendimento a solicitações dos órgãos externos e as ações de fiscalização destinadas a contribuir para a formalização da extração mineral;</p> <p>VII- propor, coordenar e representar a Agência Nacional de Mineração, em articulação com a Diretoria Colegiada, nas relações, operações e demandas que envolvam as jazidas, os direitos minerários e suas estruturas com outros órgãos nos três níveis da administração pública.</p> <p>VIII- planejar, organizar, promover e controlar as atividades de apreensão, leilão, destruição, doação a instituição pública de bens minerais, equipamentos, armazenamento, transferência, guarda e custódia de bens minerais e equipamentos de atividades de mineração ilegal e/ou clandestina;</p> <p>IX - requisitar o apoio dos demais órgãos da estrutura organizacional para a mediação, conciliação e resolução de conflitos, quando necessário;</p> <p>X - avaliar, orientar, propor e monitorar a elaboração e a aplicação de atos normativos, instrumentos e procedimentos conjuntos, sempre buscando a convergência de interesses, bem como assessorar aos dirigentes da ANM nas suas decisões, de modo a solucionar os conflitos entre as gestões dos recursos minerais e dos recursos ambientais, no interesse público, social e econômico sustentável.</p> <p>XI - Avaliar, elaborar, e fiscalizar acordos e convênios com os órgãos correlatos das entidades estaduais para realização de fiscalização e desenvolvimento da mineração, inclusive auxiliando a Secretaria Executiva de CFEM nos acordos arrecadatórios.</p>
---	---

## 6 RESOLUÇÃO ANM Nº 27, DE 12 DE MARÇO DE 2020 (DOU 17/03/2020)

A resolução movimenta as competências de competências de arrecadação e CFEM, da Superintendência de Produção Mineral para uma superintendência específica de Arrecadação, nacionalizando sua estrutura.

## 7 RETIFICAÇÃO (DOU 26/03/2020)

A retificação publicada no Diário Oficial da União em 26 de março de 2020, referente à Resolução nº 27 de 12 de março de 2020, corrige a nomenclatura da "Superintendência de Governança Regulatória" para "Superintendência de Regulação e Governança Regulatória" e ajusta a sigla de "SGR" para "SRG". Este documento não introduz novas competências ou alterações estruturais adicionais àquelas já estabelecidas pela Resolução nº 27. A correção é especificamente terminológica, ajustando a forma como a superintendência é referenciada no texto da resolução original.

## 8 RESOLUÇÃO ANM Nº 38, DE 25 DE JUNHO DE 2020 (DOU 26/06/2020)

Extinção de Cargos: A resolução detalha a extinção de 2 (dois) Cargos Comissionados Técnicos III (CCT III).

Criação de Cargo: Concomitantemente, cria-se 1 (um) Cargo Comissionado Técnico IV (CCT IV).

## 9 RESOLUÇÃO ANM Nº 43, DE 24 DE AGOSTO DE 2020 (DOU25/08/2020)

A resolução enfatiza a importância da Análise de Impacto Regulatório (AIR) como processo essencial para avaliar impactos de ações regulatórias, sendo obrigatória para edição ou alteração de atos normativos de interesse geral. Há condições específicas sob as quais a AIR pode ser dispensada pela Diretoria Colegiada, exigindo-se, nesses casos, a disponibilização de uma nota técnica justificativa. A resolução também detalha os procedimentos para a realização de Audiências e Consultas Públicas, garantindo transparência e a possibilidade de participação pública. Por fim, altera a nomenclatura da "Superintendência de Governança Regulatória" para "Superintendência de Regulação e Governança Regulatória" refletindo atualizações nas práticas regulatórias e de governança.

## 10 RESOLUÇÃO ANM Nº 89, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 (DOU 22/12/2021)

A Resolução nº 89, de 22 de dezembro de 2021, da Agência Nacional de Mineração (ANM), modifica a estrutura organizacional e o Regimento Interno previamente estabelecidos pela Resolução ANM nº 2, de 12 de dezembro de 2018. As alterações implementadas concentram-se em ajustes nos cargos comissionados, especificamente na extinção de 7 Cargos Comissionados de Assistência I (CAS I) e na criação de 30 Cargos Comissionados Técnicos III (CCT III). Estas modificações visam a reorganização interna da ANM, sem, contudo, especificar mudanças nas competências da Direção Colegiada em relação às unidades administrativas regionais, seja em termos de atribuições ou de âmbito de atuação. Portanto, as alterações realizadas focam primariamente em ajustes de cargos comissionados sem detalhar alterações na governança ou delegação de competências para as unidades administrativas regionais.

## 11 RESOLUÇÃO ANM Nº 102, DE 13 DE ABRIL DE 2022 (DOU 19/04/2020) e RESOLUÇÃO ANM Nº 107, DE 12 DE JUNHO DE 2022 (DOU 14/06/2022).

- A **Resolução 102/2022** aprova as alterações de quantitativos e a distribuição dos cargos comissionados de gerência executiva, de assessoria, de assistência e dos cargos comissionados técnicos e o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração – ANM e revoga o regimento interno anterior, da [Resolução ANM nº 2, de 12 de dezembro de 2018](#).
- As Resoluções 102/2022 e 107/2022 estão sendo apresentadas juntas, uma vez que a R.102 não vigorou antes da sua reformulação pela R.107.

RESOLUÇÃO ANM 102/2022					RESOLUÇÃO ANM 107/2022				
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLAS	CARGO	QD		UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLAS	CARGO	QD	
DIRETOR-GERAL	DG	CD I	1		Diretoria Colegiada				
DIRETORES		CD II	4		DIRETOR-GERAL	DG	CD I	1	
Assessoria da Diretoria Colegiada		CA II	5		Assessoria do Diretor-Geral		CA II	1	
Assessoria Técnica da Diretoria Colegiada		CCT V	5		Assessoria Técnica do Diretor-Geral		CCT V	1	
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO	SFI	CGE III	1		DIRETORES		CD II	4	
Assessoria		CCT III	1		Assessoria da Diretoria Colegiada		CA II	4	
Coordenação de Fiscalização da Atividade Mineral	CFAM	CCT V	1		Assessoria Técnica da Diretoria Colegiada		CCT V	4	
Serviço de Fiscalização de CPK	SECPC	CCT III	1						
Serviço de Fiscalização de Água Mineral	SEAM	CCT III	1						

Serviço de Paleontologia	SEPAL	CCT III	1			<b>SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO</b>	SFI	CGE III	1	
Coordenação de Inteligência Fiscalizatória	DOINT	CCT V	1			Assessoria		CCT III	1	
<b>GERÊNCIA DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS</b>	<b>GER - AL</b>	<b>CCT V</b>	<b>1</b>			Coordenação de Fiscalização da Atividade Mineral	COFAM	CCT V	1	
Núcleo de Fiscalização	NUFIS - AL	CCT I	1			Serviço de Fiscalização de CPK	SECPC	CCT III	1	
Núcleo de Outorga	NUOUT - AL	CCT I	1			Serviço de Fiscalização de Água Mineral	SEAM	CCT III	1	
						Serviço de Paleontologia	SEPAL	CCT III	1	
						Coordenação de Inteligência Fiscalizatória	COINF	CCT V	1	
						<b>GERÊNCIA DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS</b>	GER-AL	CCT V	1	
						Serviço de Outorga e Fiscalização	SEOUFI- AL	CCT III	1	

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DESCRIÇÃO
Diretoria Colegiada	<p><b>CAPÍTULO III - Das Competências e Atribuições</b></p> <p><b>Art. 15. À Diretoria Colegiada compete analisar, discutir e decidir, como instância administrativa final, todas as matérias de competência desta Agência, especialmente:</b></p> <p>I - exercer a administração da ANM;</p> <p>II - editar as normas sobre matérias de competência da ANM;</p> <p>III - decidir, em última instância, na esfera da ANM, sobre as matérias de sua competência, exceto nas hipóteses em que resolução atribuir ao Diretor-Geral atuar como última instância recursal no âmbito da ANM;</p> <p>IV - deliberar sobre a alteração dos quantitativos e a distribuição dos Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e dos Cargos Comissionados Técnicos, observados os valores de retribuição correspondentes e desde que não acarrete aumento de despesa, nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;</p> <p><b>V - definir as atribuições e o âmbito de atuação de cada uma das unidades administrativas regionais;</b></p> <p>VI - aprovar o planejamento estratégico da ANM para ciclos plurianuais compatíveis com os seus macroprocessos, contemplando objetivos estratégicos, metas e indicadores de resultados, bem como padrões de desempenho;</p> <p><b>VII - delegar aos superintendentes competência para deliberar sobre assuntos relacionados à respectiva Superintendência;</b></p> <p>VIII - aprovar a política de gestão de integridade, de riscos e de controles internos;</p> <p>IX - aprovar a proposta orçamentária anual da ANM, a ser encaminhada aos Ministérios da Economia e de Minas e Energia;</p> <p>X - deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação e sobre os casos omissos;</p> <p>XI - decidir sobre direitos minerários e outros requerimentos em procedimentos administrativos de outorga ou de fiscalização da atividade de mineração, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 13.575, de 2017, salvo nos casos em que este Regimento delega competências a instâncias inferiores;</p>

	<p>XII - deliberar sobre a outorga dos títulos minerários e os demais atos referentes à execução da legislação minerária, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 13.575, de 2017, salvo nos casos em que este Regimento delega competências a instâncias inferiores;</p> <p>XIII - deliberar sobre os requerimentos de lavra e outorga das concessões de lavra das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, salvo nos casos em que este Regimento delega competências a instâncias inferiores;</p> <p>XIV - deliberar sobre a caducidade e nulidade dos direitos minerários, cuja outorga de concessões de lavra seja de sua competência, salvo nos casos em que este Regimento delega competências a instâncias inferiores;</p> <p>XV - aprovar propostas de declaração de utilidade pública necessária à execução de projetos e investimentos no âmbito das outorgas estabelecidas ou das delegações em curso, nos termos da legislação pertinente;</p> <p>XVI - aprovar relatório anual de atividades da ANM, nele destacando o cumprimento das políticas do setor;</p> <p>XVII - aprovar a realização de convênios, na forma da legislação em vigor;</p> <p>XVIII - decidir sobre a aquisição e a alienação de bens;</p> <p>XIX - instalar comitês de apoio à sua atuação;</p> <p>XX - aplicar, nos processos administrativos disciplinares, as penalidades impostas pela ANM;</p> <p>XXI - estabelecer as diretrizes funcionais, executivas, administrativas e de recursos humanos a serem seguidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;</p> <p>XXII - aprovar a cessão, requisição, promoção e afastamento de servidores para participação em eventos de capacitação, lato e stricto sensu, na forma da legislação em vigor.</p> <p>XXIII - aprovar a requisição para a ANM de servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da administração pública, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.986, de 2000;</p> <p>XXIV - autorizar, na forma da legislação em vigor, o afastamento do País de servidores para o desempenho de atividades técnicas e de desenvolvimento profissional;</p> <p>XXV - deliberar sobre a contratação, progressão e promoção dos servidores do quadro ativo da ANM;</p> <p>XXVI - deliberar sobre a nomeação, exoneração e contratação para os cargos de livre nomeação e comissionados técnicos, à exceção daqueles cuja nomeação seja da responsabilidade de outras autoridades;</p> <p>XXVII - aprovar o Regimento Interno da ANM; e</p> <p>XXVIII - enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério de Minas e Energia e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional.</p> <p><b>Art. 16. É vedado aos Diretores avocar processos minerários para sua tutela sem previamente haver:</b></p> <p>I - manifestação da área técnica responsável quanto ao pleito constante dos autos; e</p> <p>II - justificativa expressa nos autos do processo quanto aos motivadores da avocação.</p>
<b>Diretor-Geral</b>	<p><b>Art. 19. São atribuições do Diretor-Geral:</b></p> <p>I - representar a ANM;</p> <p>II - exercer o comando hierárquico sobre pessoal e serviços, coordenando as competências administrativas;</p> <p>III - presidir as sessões da Diretoria Colegiada;</p> <p>IV - firmar, em nome da ANM, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, conforme decisão da Diretoria Colegiada;</p> <p>V - expedir os títulos minerários e os demais atos referentes à execução da legislação minerária, observado o disposto no art. 3º, da Lei nº 13.575, de 2017, após deliberação da Diretoria Colegiada, salvo nos casos em que este Regimento delega competências a instâncias inferiores;</p> <p>VI - outorgar concessões de lavra das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 1978, após deliberação da Diretoria Colegiada, salvo nos casos em que este regimento delega competências a instâncias inferiores;</p>

	<p>VII - encaminhar ao Ministério de Minas e Energia os atos referentes ao regime de concessão de lavra das substâncias minerais que não são tratadas pelo art. 1º da Lei nº 6.567, de 1978;</p> <p>VIII - declarar caducidade e nulidade dos direitos minerários, cuja outorga de concessão de lavra seja de sua competência, após deliberação da Diretoria Colegiada, salvo nos casos em que este regimento delega competências a instâncias inferiores;</p> <p>IX - gerenciar as ações executadas pelas unidades administrativas regionais, com base nas orientações emanadas das Superintendências; e</p> <p>X - delegar atos de gestão administrativa.</p>
<b>Comuns aos Diretores</b>	<p><b>Art. 20. São atribuições comuns aos Diretores:</b></p> <p>I - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares no âmbito das competências da ANM;</p> <p>II - zelar pelo desenvolvimento e credibilidade interna e externa da ANM e pela legitimidade de suas ações;</p> <p>III - zelar pelo cumprimento dos planos e programas da ANM;</p> <p><b>IV - praticar e expedir os atos de gestão administrativa no âmbito das atribuições que lhes forem conferidas;</b></p> <p><b>V - executar as decisões tomadas de forma conjunta pela Diretoria Colegiada; e</b></p> <p>VI - contribuir com subsídios para propostas de ajustes e modificações na legislação, necessários à modernização do ambiente institucional de atuação da ANM.</p> <p>Parágrafo único. Aplicam-se aos ocupantes dos cargos de Diretoria na ANM, em caso de descumprimento do regimentalmente previsto, as sanções previstas no Capítulo V, do Título IV, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.</p>
<b>Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas</b>	<p><b>TÍTULO V - DAS SUPERINTENDÊNCIAS</b></p> <p><b>CAPÍTULO I - Das Competências e Atribuições</b></p> <p><b>Seção V - Da Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas</b></p> <p><b>Art. 66. Compete à Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas:</b></p> <p>I - gerenciar a execução de medidas para equacionar conflitos em direitos minerários;</p> <p>II - mediar, conciliar e conduzir os processos instaurados para apuração de conflitos entre os agentes da atividade de mineração, titulares de direitos minerários e outros agentes envolvidos nos impactos da atividade minerária;</p> <p><b>III - adotar medidas para equacionar conflitos territoriais entre as atividades de mineração e unidades de conservação da natureza, áreas indígenas, quilombolas, áreas de interesse histórico e arqueológico, áreas urbanas e periurbanas, áreas de assentamentos de reforma agrária, projetos lineares de infraestrutura, usinas hidrelétricas e demais projetos de geração de energia elétrica, entre outros;</b></p> <p>IV - gerenciar programas e ações que visem à regularização e formalização da extração mineral em áreas de conflito;</p> <p><b>V - gerenciar as relações, operações e demandas que envolvam as jazidas, os direitos minerários e suas estruturas com outros órgãos, nos três níveis de governo;</b></p> <p>VI - prestar apoio no fornecimento de informações, subsídios, bem como ações necessárias para a resolução de conflitos, quando requisitado;</p> <p>VII - instaurar e conduzir processo administrativo para equacionar conflitos entre titulares de direitos minerários e atividades de extração mineral ilegal ou irregular, na forma prevista em Resolução sobre o tema; (Redação dada pela Resolução 117/2022/ANM/MME) Redações Anteriores</p> <p>VIII - coordenar a celebração de Termos de Ajustamento de Condutas, bem como acompanhar o seu cumprimento;</p> <p>(...)</p> <p>XVII - solicitar, quando necessário, o apoio das demais unidades organizacionais da ANM, em especial da Superintendência de Fiscalização e da Superintendência de Outorga de Títulos Minerários, para o exercício das competências previstas nesta Seção. (Redação dada pela Resolução 117/2022/ANM/MME)</p>



	<p>(...)</p> <p><b>Art. 68. Compete à Divisão Nacional de Mediação e Conciliação:</b></p> <p>I - apresentar proposta de planejamento anual da fiscalização afeta à Divisão e às unidades administrativas regionais na sua área de competência;</p> <p><b>II - propor medidas para equacionar conflitos entre detentores de direitos minerários; e</b></p> <p>III - propor medidas para equacionar conflitos entre detentores de direitos minerários e atividades de extração mineral sem habilitação legal.</p>
<b>Superintendência de Fiscalização</b>	<p><b>TÍTULO V - DAS SUPERINTENDÊNCIAS</b></p> <p><b>CAPÍTULO I - Das Competências e Atribuições</b></p> <p><b>Seção X - Da Superintendência de Fiscalização</b></p> <p><b>Art. 99. À Superintendência de Fiscalização compete:</b></p> <p>I - estabelecer diretrizes e metas para as ações de fiscalização da atividade mineral na pesquisa e lavra nas unidades administrativas regionais;</p> <p><b>II - supervisionar as ações de fiscalização nas unidades administrativas regionais e a elaboração dos atos administrativos relacionados à sua área de atuação;</b></p> <p>III - propor ações de aperfeiçoamento técnico e profissional para otimização das ações de fiscalização;</p> <p>IV - supervisionar a execução de estudos, projetos, programas e trabalhos técnicos necessários ao aperfeiçoamento das ações de fiscalização;</p> <p>V - desenvolver e implementar medidas para a descentralização, desburocratização e modernização dos procedimentos de fiscalização;</p> <p>VI - analisar e emitir parecer técnico sobre requerimentos de área de proteção de fontes;</p> <p>VII - supervisionar o atendimento de demandas externas relativas à sua área de atuação;</p> <p>VIII - supervisionar as atividades de análise e fiscalização necessárias à emissão do Certificado do Processo de Kimberley (CPK); e</p> <p>IX - supervisionar a participação das unidades administrativas regionais em operações interinstitucionais de combate à extração ilegal de substâncias minerais, em atendimento a solicitações de órgãos externos, e as ações de fiscalização destinadas a contribuir para a formalização da extração mineral.</p>
<b>Coordenação de Fiscalização da Atividade Mineral (CFAM)</b>	<p><b>Art. 101. À Coordenação de Fiscalização da Atividade Mineral, compete:</b></p> <p>I - elaborar e acompanhar a execução do planejamento anual da fiscalização;</p> <p><b>II - gerenciar as ações de fiscalização, análises técnicas e vistorias das unidades administrativas regionais;</b></p> <p>III - gerenciar e racionalizar a distribuição dos processos de fiscalização entre as unidades administrativas regionais;</p> <p>IV - definir normas e manuais para padronização dos procedimentos de fiscalização em âmbito nacional;</p> <p><b>VI - propor e gerenciar demandas de fiscalização em ações específicas;</b></p> <p>VII - gerenciar a operacionalização das ações de fiscalização decorrentes de convênios e acordos com outros órgãos fiscalizadores;</p> <p>VIII - avaliar processos de caducidade dos títulos de mineração sob sua competência;</p> <p>IX - planejar e avaliar o monitoramento de aquíferos de estâncias hidrominerais;</p> <p><b>X - gerenciar a execução das ações de fiscalização para fechamento de mina e renúncia ao título minerário autorizativo de lavra;</b></p> <p>XI - gerenciar o Cadastro Nacional de Comércio de Diamantes (CNCD) e as ações de fiscalização necessárias à emissão do Certificado do Processo de Kimberley (CPK);</p> <p>XII - coordenar a participação das unidades administrativas regionais em operações interinstitucionais de combate à extração ilegal de substâncias minerais, em atendimento a solicitações de órgãos externos, e as ações de fiscalização destinadas a contribuir para a formalização da extração mineral; e</p> <p>XIII - gerenciar o atendimento das demandas de órgãos externos em sua área de atuação.</p> <p>Parágrafo único. A Coordenação de Fiscalização da Atividade Mineral contará com as seguintes unidades organizacionais para garantir a realização de suas atividades, cujas competências serão definidas por ato da Superintendência de Fiscalização:</p>

	<p>I - Serviço de Fiscalização de CPK;</p> <p>II - Serviço de Fiscalização de Água Mineral; e</p> <p>III - Serviço de Paleontologia.</p>
<b>Coordenação de Inteligência Fiscalizatória (COINF)</b>	<p><b>Art. 102. À Coordenação de Inteligência Fiscalizatória compete:</b></p> <p>I - propor e gerenciar metodologias de Inteligência Fiscalizatória;</p> <p>II - propor e implementar soluções para atuação transversal da Superintendência de Fiscalização;</p> <p>III - <b>propor e implementar ferramentas e procedimentos para classificação de riscos fiscalizatórios dos empreendimentos;</b></p> <p>IV - <b>propor e implementar ferramentas e procedimentos para fiscalização responsiva; e</b></p> <p>V - propor e implementar soluções técnicas e tecnológicas que aumentem a automatização e padronização dos fluxos de trabalho de fiscalização.</p>
<b>COMUM ÀS SUPERINTENDÊNCIAS</b>	<p><b>CAPÍTULO II - Das Competências Comuns das Superintendências</b></p> <p><b>Art. 103. Compete às Superintendências planejar, organizar, executar, controlar, coordenar e avaliar os processos organizacionais e operacionais da ANM no âmbito das suas competências, e, especialmente:</b></p> <p>I - <b>cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria Colegiada e as diretrizes dos Planejamentos Estratégico e Operacional da ANM;</b></p> <p>II - praticar e expedir, no âmbito de sua competência, os atos de gestão administrativa;</p> <p>III - atuar para que as áreas requisitantes que lhe são vinculadas registrem e mantenham atualizados, em sistema especialmente disponibilizado para este fim, as demandas de contratações de bens e serviços, assim como os contratos a serem renovados, necessários para atender o exercício subsequente, relacionados às suas competências regimentais;</p> <p>IV - elaborar os termos de referência, projetos básicos e demais artefatos relativos ao planejamento das contratações de bens e serviços relacionados às suas atribuições;</p> <p>V - aprovar Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência e Projetos Básicos, bem como Planos de Trabalho de convênios e congêneres, relativos a demandas de contratações vinculadas diretamente às suas atribuições regimentais;</p> <p>VI - expedir Ordem de Fornecimento de bens ou de Execução de Serviços referentes ao início de contratações relativas às demandas relacionadas às suas atribuições regimentais;</p> <p>VII - atuar na gestão, fiscalização, acompanhamento e recebimento dos objetos de contratação vinculados diretamente às suas atribuições regimentais;</p> <p>VIII - propor a emissão de cartão de crédito corporativo e a concessão de suprimento de fundos a agentes supridos, visando suprir demandas de sua área de atuação, bem como aprovar as respectivas prestações de contas;</p> <p>IX - propor a emissão de passagens e o pagamento de diárias, visando atender demandas de sua área de atuação, bem como aprovar as respectivas prestações de contas, atuando como proponente e autoridade superior, quando for o caso, no SCDP;</p> <p>X - submeter os atos, contratos e processos administrativos, bem como os demais expedientes administrativos decorrentes do exercício da respectiva competência à Diretoria Colegiada, quando sujeitos à deliberação privativa desta;</p> <p>XI - controlar e realizar o orçamento no âmbito da Superintendência;</p> <p>XII - gerenciar o processo de concessão de diárias de viagens e requisições de passagens aéreas, através do SCDP;</p> <p>XIII - elaborar relatórios estatísticos, financeiros e orçamentários, relativos às despesas de passagens e diárias;</p> <p>XIV - contribuir para a preservação do patrimônio natural, cultural e histórico, e da memória da mineração, em cooperação com as instituições dedicadas à cultura nacional, orientando a participação das empresas do setor;</p> <p>XV - elaborar os projetos básicos relativos às contratações de bens e serviços relacionados às suas atribuições;</p> <p>XVI - acompanhar e prestar suporte às respectivas atividades meio e finalísticas na Sede e nas unidades administrativas regionais;</p> <p>XVII - propor atos normativos nas atividades de sua esfera de competência;</p>

	<p>XVIII - propor a celebração de convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades governamentais, nacionais ou estrangeiros, tendo em vista a descentralização e fiscalização eficiente do setor mineral;</p> <p>XIX - divulgar, em conjunto com a Assessoria de Comunicação Social e de Relações Institucionais, os instrumentos normativos e procedimentos vigentes;</p> <p>XX - atuar como órgão gestor dos atos emanados pelas gerências regionais, podendo revê-los desde que expressamente justificado;</p> <p>XXI - elaborar os relatórios anuais de atividades das respectivas unidades organizacionais e encaminhá-los à Superintendência Executiva; e</p> <p>XXII - exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.</p> <p>Parágrafo único. No exercício de suas competências, as Superintendências poderão dispor de servidores lotados nas unidades administrativas regionais, conforme procedimento definido em ato conjunto.</p>
<b>COMUNS AOS SUPERINTENDENTES E TITULARES DE ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA</b>	<p><b>CAPÍTULO III - Das Atribuições Comuns aos Superintendentes e Titulares de Órgãos de Assistência Direta e Imediata Vinculados à Diretoria Colegiada</b></p> <p><b>Art. 104. Os Superintendentes e os titulares dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata vinculados à Diretoria Colegiada têm as seguintes atribuições comuns:</b></p> <p>I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades;</p> <p>II - participar, quando convocado, das reuniões da Diretoria Colegiada, sem direito a voto; e</p> <p>III - administrar o pessoal alocado às suas respectivas unidades de acordo com as normas disciplinares e de gestão de recursos humanos da ANM.</p>
<b>COMUNS AOS SUPERINTENDENTES</b>	<p><b>CAPÍTULO IV - Das Atribuições Funcionais de Caráter Comum</b></p> <p><b>Seção I - Dos Superintendentes</b></p> <p><b>Art. 105. São atribuições comuns aos Superintendentes:</b></p> <p>I - coordenar a elaboração e submeter à aprovação atos normativos de sua competência, em conjunto com a Superintendência Executiva e outras Superintendências relacionadas ao tema;</p> <p>II - determinar a elaboração da Análise de Impacto Regulatório (AIR) e a realização de audiência ou consulta, pública ou interna, no âmbito de sua competência;</p> <p>III - propor a instituição de comissões, formadas por Superintendentes ou representantes por eles indicados;</p> <p>IV - propor a criação de comitês à aprovação da Diretoria Colegiada;</p> <p>V - exercer o comando hierárquico sobre os servidores em exercício na Superintendência, respeitada a autoridade de seus superiores;</p> <p>VI - fazer cumprir os instrumentos normativos e procedimentos vigentes;</p> <p>VII - orientar e zelar pelo alinhamento das ações e atividades da Superintendência aos objetivos e missão da ANM;</p> <p>VIII - definir e rever os indicadores e metas de desempenho dos processos sob sua responsabilidade;</p> <p>IX - zelar pela permanência de condições de trabalho propícias à cooperação entre os servidores e à integração das atividades entre as áreas;</p> <p>X - supervisionar a execução dos processos da ANM, no âmbito de sua competência;</p> <p>XI - autorizar viagens no País, de acordo com a regulamentação específica;</p> <p>XII - autorizar despesas incorridas no âmbito do órgão sob sua responsabilidade, observados os limites de sua competência;</p> <p>XIII - gerenciar os contratos na Superintendência sob sua responsabilidade, nos limites de sua competência;</p> <p>XIV - instruir e encaminhar matérias para deliberação da Diretoria Colegiada;</p> <p>XV - instruir e opinar sobre recurso administrativo de matéria de sua competência, com vistas à tomada de decisão pelo Diretor-Geral ou pela Diretoria Colegiada;</p> <p>XVI - realizar gestão sobre dados e sistemas nos limites de sua competência;</p> <p>XVII - coordenar, orientar e supervisionar as unidades administrativas regionais quanto às atividades delegadas; e</p>

	XVIII - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas.
<b>COMUNS ÀS GERÊNCIAS REGIONAIS</b>	<p><b>TÍTULO VI - DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS</b></p> <p><b>CAPÍTULO I - Das Competências das Unidades Administrativas Regionais</b></p> <p><b>Art. 107. Às Gerências Regionais da ANM nos estados compete:</b></p> <p>I - apoiar as ações de outras unidades organizacionais, quando caracterizada a necessidade ou demandada pelos Superintendentes.</p> <p>II - concentrar o atendimento ao setor regulado de sua área de abrangência, encaminhando possíveis necessidades aos superintendentes ou à Diretoria Colegiada;</p> <p>III - decidir sobre o requerimento de licenciamento em todas as suas fases, excetuando-se os recursos hierárquicos de competência privativa da Diretoria Colegiada;</p> <p>IV - decidir sobre o requerimento de permissão de lavra garimpeira em todas as suas fases, excetuando-se os recursos hierárquicos de competência privativa da Diretoria Colegiada;</p> <p>V - decidir sobre o requerimento de registro de extração em todas as suas fases, excetuando-se os recursos hierárquicos de competência privativa da Diretoria Colegiada;</p> <p>VI - decidir sobre o requerimento de dispensa de títulos minerários em todas as suas fases, excetuando-se os recursos hierárquicos de competência privativa da Diretoria Colegiada;</p> <p>VII - decidir sobre o requerimentos de autorização e concessão de títulos minerários;</p> <p>VIII - decidir sobre o requerimento de Guia de Utilização e sua renovação;</p> <p>IX - executar a fiscalização e vistoria de empreendimentos de mineração em sua área de circunscrição, bem como elaborar relatórios, autos e demais documentos dele derivados, conforme planejamento das Superintendências de Outorga de Títulos Minerários e de Fiscalização. (Redação dada pela Resolução 107/2022/ANM/MME)</p> <p>§ 1º A circunscrição da Unidade Administrativa Regional de Rondônia abrangerá o Estado do Acre.</p> <p>§ 2º As Divisões, Serviços, Setores e Núcleos de Outorga e de Fiscalização terão seus ocupantes definidos pelos respectivos superintendentes, ouvido o Gerente Regional, que manterá a gestão pessoal relativa a férias, afastamentos e demais tratos administrativos cabíveis. (Redação dada pela Resolução 107/2022/ANM/MME)</p>
<b>GERÊNCIA REGIONAL / ALAGOAS</b>	<p><b>Art. 3º A ANM contará com as seguintes unidades administrativas regionais:</b></p> <p>I - Gerências Regionais:</p> <p>a) Alagoas;</p> <p>(...)</p> <p>§ 7º As Gerências da ANM nos estados do Amapá, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, com circunscrição nos respectivos Estados e sede nas respectivas capitais, com exceção do estado da Paraíba, com sede em Campina Grande, têm a seguinte estrutura organizacional:</p> <p>a) Gerente Regional;</p> <p>b) Núcleo de Fiscalização;</p> <p>c) Núcleo de Outorga.</p> <p>(...)</p> <p><b>§ 9º As Gerências Regionais da ANM nos estados reportam-se diretamente ao Diretor-Geral da ANM.</b></p> <p>(...)</p> <p><b>Art. 4º Todos os cargos são de provimento nacional, podendo seus ocupantes atuarem de forma desterritorializada, com ou sem mudança de sede, mediante aprovação da Diretoria Colegiada após manifestada a concordância do servidor nomeado ou designado.</b></p>

	<p>(...)</p> <p><b>CAPÍTULO II - Das Competências dos Órgãos das Unidades Administrativas Regionais</b></p> <p><b>Art. 109. São competências dos órgãos das Gerências Regionais da ANM nos estados:</b></p> <p>I - Das Coordenações, Divisões, Serviços, Setores e Núcleos de Fiscalização, de Fiscalização da Pesquisa e de Fiscalização da Lavra, subordinadas à Superintendência de Fiscalização</p> <p>a) realizar atividade de fiscalização da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais e dos depósitos fossilíferos;</p> <p>b) elaborar Pareceres Técnicos de Fiscalização e lavrar autos de infração; (Redação dada pela Resolução 107/2022/ANM/MME)</p> <p>c) aplicar as sanções previstas na legislação vigente nos processos de sua competência;</p> <p>d) requerer dados e informações para fins da atividade de fiscalização;</p> <p>f) interditar ou paralisar as atividades de extração mineral em desacordo com a legislação mineral, conforme disposto em instruções e procedimentos de fiscalização;</p> <p>g) lacrar e apreender bens ou produtos de mineração, conforme disposto em instruções e procedimentos de fiscalização; e</p> <p>h) determinar as correções e/ou aplicar as sanções das irregularidades verificadas em ação fiscalizatória, conforme disposto em instruções e procedimentos de fiscalização.</p>
	<p><b>CAPÍTULO III - Das Atribuições Funcionais nas Unidades Administrativas Regionais</b></p> <p><b>Seção I - Dos Gerentes Regionais</b></p> <p><b>Art. 111. São atribuições comuns aos Gerentes Regionais:</b></p> <p>I - representar a ANM no seu relacionamento oficial com entidades públicas e privadas localizadas em sua área de circunscrição;</p> <p>II - emitir pareceres sobre assuntos pertinentes às suas unidades;</p> <p>III - acompanhar e controlar a execução do plano anual de atividades no âmbito da Gerência Regional, incluindo os seus recursos financeiros, materiais e humanos;</p> <p>IV - submeter o relatório anual de atividades da respectiva Gerência Regional aos Superintendentes;</p> <p>V - alocar os servidores lotados na Gerência Regional e promover a adequada distribuição dos trabalhos; (Redação dada pela Resolução 107/2022/ANM/MME)</p> <p>VI - atribuir atividades aos servidores de que trata o inciso V; (Redação dada pela Resolução 107/2022/ANM/MME)</p> <p>(...)</p> <p><b>Parágrafo único. Os Gerentes Regionais estão subordinados ao Diretor-Geral da ANM.</b></p>
	<p><b>TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b></p> <p><b>Art. 150. As Gerências Regionais da ANM nos estados estão subordinadas às orientações técnicas das Superintendências e normativas da Diretoria Colegiada da ANM.</b></p>

## 12RESOLUÇÃO ANM Nº 113, DE 21 DE JULHO DE 2022 (DOU 22/07/2022)

Essa resolução trata de alteração de forma nas superintendências, sem alteração de sua estrutura, porém, repassando competências, sem alteração das competências já relatadas.

## 13RESOLUÇÃO ANM Nº 126, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022 (DOU 26/12/2022)

Alterações nos quantitativos dos Cargos Comissionados de Gerência Executiva, Assessoria, Assistência, e Cargos Comissionados Técnicos, com a extinção de certos cargos e a criação de outros, ajustando assim a estrutura organizacional interna da ANM, específico da Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas.

Ajustes específicos no Anexo I (Quadro Demonstrativo de Cargos Comissionados Técnicos da ANM) e no Anexo II (Regimento Interno da ANM), mas sem mencionar especificamente as competências da Direção Colegiada sobre as unidades administrativas regionais.

## 14RESOLUÇÃO ANM Nº 128, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2023 (DOU 10/02/2023)

Trata apenas da inserção da previsão de perito assistente para processos judiciais, onde a ANM figura como parte ou interessado, quando solicitado pela PFE.

## 15RESOLUÇÃO ANM Nº 144, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023 (DOU 27/11/2023)

Modificações no procedimento das reuniões da Diretoria Colegiada, especificamente em como são organizadas, quem pode solicitar reuniões administrativas e como são tratadas questões de ordem durante essas reuniões. Revogação de um parágrafo específico que não foi detalhado no texto fornecido, mas é mencionado como revogado.